



BEP - CAIXA DE PREVIDÊNCIA
SOCIAL

PREVBEP

CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO DE CONTROLES INTERNOS

- PRIMEIRO SEMESTRE / 2017 -

Dezembro 2017

SUMÁRIO

**1. RECURSOS GARANTIDORES DOS PLANOS DE GESTÃO PREVIDENCIAL – PGP E GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA
E SUAS POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS**

1.1. ADERÊNCIA DA GESTÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO DE BENEFÍCIOS BEP

1.1.1 Evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano

1.1.2. Limites de Alocação / Segmento de Aplicação

1.1.3. Gestão Alocação dos Ativos Por Segmento

1.1.4. Análise do Desempenho dos Ativos por Segmento de Aplicação

1.1.4.1. Fundo BB Terra do Sol FI Multimercado Crédito Privado

1.1.4.1.1. Informações Gerais

1.1.4.1.2. Dados do Fechamento do Fundo Semestral

1.1.4.1.3. Composição do Fundo

1.1.4.1.4. Composição Setorial da Carteira do Fundo

1.1.4.1.5. Evolução da Rentabilidade do Fundo

1.1.4.2. Investimentos Imobiliários

1.1.4.3. Empréstimos e Financiamentos a Participantes

1.1.5. Rentabilidade

1.1.5.1. Rentabilidade Semestral Comparada

1.1.5.2. Evolução da Rentabilidade por Segmentos

1.1.5.3. Resultados Semestrais Comparados

1.1.6. Gestão de Riscos

1.1.6.1. Risco de Mercado

1.1.6.2. Risco de Crédito

1.1.6.3. Risco de Liquidez

1.1.6.4. Risco Operacional

1.1.6.5. Risco Legal

1.1.6.6. Risco Sistêmico

1.1.6.7. Risco de Gestão

1.1.6.8. Divergência não Planejada DNP

1.1.6.9. Classificação de Riscos das Principais Agências Classificadoras

**1.1.7. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO DE GESTÃO
PREVIDENCIAL – PGP E DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA E SUAS POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS**

2. ADERÊNCIA DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS BEP

2.1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE PARTICIPANTES

2.2. PREMISSAS ATUARIAIS

2.3. EVOLUÇÃO SEMESTRAL DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO PREVIDENCIAL

2.4. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

2.5. EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS DO PLANO

2.6. RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS

2.7. DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

2.8. FLUXO OPERACIONAL DO PLANO PREVIDENCIAL



2.9. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A ADERÊNCIA DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS BEP REFERENTE AO 2º SEMESTRE DE 2016

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS

3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA PREVIDENCIAL – Projetado versus Realizado

3.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA PREVIDENCIAL – Comparada

3.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO FLUXO DOS INVESTIMENTOS DO PLANO – Projetado versus Realizado

3.4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO FLUXO DOS INVESTIMENTOS DO PLANO – Comparada

3.5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO – Projetado versus Realizado

3.6. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO – Comparada

3.7. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PLANO DE BENEFÍCIOS BEP REFERENTE AO 1º SEMESTRE DE 2017

4. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

4.1. EVOLUÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PGA

4.2. FONTES E USOS DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO

4.3. RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

4.4. DESPESAS ADMINISTRATIVAS CONSOLIDADAS - Projetadas versus Realizado

4.5. DESPESAS ADMINISTRATIVAS CONSOLIDADAS - Comparadas

4.6. INDICADORES DE DESEMPENHO DO PGA

4.7. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS RESULTADOS DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA NO 1º SEMESTRE DE 2017

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS



RELATÓRIO DE CONTROLES INTERNOS

■ PRIMEIRO SEMESTRE / 2017 ■

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

A Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, em seu Art. 19, determina: "*sem prejuízo de atribuições definidas em normas específicas, o Conselho Fiscal emitirá relatórios de controles internos, pelo menos semestralmente, que contemplem, no mínimo*":

"I – *as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária*";

"II – *as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso*";

"III – *análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las*".

Ainda, o Guia Previc "*Melhores Práticas de Governança para Entidades Fechadas de Previdência Complementar*", afirma: "*81 A legislação atribui ao conselho fiscal das EFPC um papel de extrema relevância e fidúcia, que é o de exercer o controle interno, fiscalizar e emitir relatórios, manifestando-se perante a entidade, seus participantes e assistidos, patrocinadores e instituidores*".

"*82 Os conselheiros devem assumir a responsabilidade sobre o efetivo controle da EFPC, alertar sobre qualquer desvio e recomendar providências para a melhoria de sua gestão. Devem, ainda, elaborar relatórios sobre sua administração, sobre os aspectos organizacionais, contábeis, econômico-financeiros e atuariais, monitorar os indicadores de gestão das despesas administrativas, avaliando as metas estabelecidas e emitir parecer conclusivo sobre suas demonstrações contábeis*".

Assim, em atendimento às citadas normatizações e recomendações, o CONSELHO FISCAL da BEP – CAIXA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – PREVBEP, após examinar e analisar, mensalmente, a documentação posta à sua disposição, em sua 5ª Reunião Extraordinária de 29.12.2017, cumpre o seu papel, aprovando, emitindo e divulgando aos Órgãos Reguladores a sua manifestação sobre o Plano de Gestão Previdencial – PGP e o Plano de Gestão Administrativa – PGA, relativa ao 1º Semestre de 2017, nos tópicos a seguir:

- ✓ *A aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos;*
- ✓ *A aderência das premissas e hipóteses atuariais;*
- ✓ *A execução orçamentária;*
- ✓ *Plano de Gestão Administrativa.*

1. RECURSOS GARANTIDORES DOS PLANOS DE GESTÃO PREVIDENCIAL – PGP E GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA E SUAS POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS

1.1. ADERÊNCIA DA GESTÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO DE BENEFÍCIOS BEP

De acordo com a Resolução CMN nº 3792/2009, que estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios, devemos observar as seguintes exigências:

Capítulo I

DA ABRANGÊNCIA

Art. 3º - O disposto nesta Resolução se aplica aos recursos dos planos administrados pela EFPC, formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes

exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores.

Capítulo II

DAS DIRETRIZES PARA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PELOS ADMINISTRADORES

Art. 4º - Na aplicação dos recursos dos planos, os administradores da EFPC devem:

I - observar os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência;

II - exercer suas atividades com boa fé, lealdade e diligência;

III - zelar por elevados padrões éticos; e

IV - adotar práticas que garantam o cumprimento do seu dever fiduciário em relação aos participantes dos planos de benefícios.

Art. 5º - A aplicação dos recursos deve observar a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades e as características de suas obrigações, com o objetivo da manutenção do equilíbrio entre os seus ativos e passivos.

A Entidade deve zelar pelo seu patrimônio, assim o Conselho Fiscal da **BEP – CAIXA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – PREVBEP** verificou com base nos Demonstrativos de Investimentos, que a Entidade, está mantendo a gestão de recursos do Plano BEP, em atendimento às Diretrizes da Política de Investimentos e aos normativos da Resolução CMN nº 3.792 de 24.09.2009, bem como, às instruções normativas ou decretos publicados com o objetivo de regulamentar a referida resolução ou substituí-la.

De acordo com as evidências obtidas e demonstradas abaixo, pudemos constatar que os investimentos estavam, no 1º semestre de 2017, em consonância com os limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.792 de 24.09.2009, e de acordo com a sua Política de Investimentos 2017 vigente, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Vale destacar que avaliamos a conformidade do Plano BEP, em relação às exigências legais, e apresentamos a seguir o enquadramento da **BEP – CAIXA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – PREVBEP**.

1.1.1. Evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano

Tabela I – Evolução do Patrimônio Cobertura do Plano						
Recursos Garantidores do PBD e PGA	Junho / 2017		Dezembro / 2016		Variação % H	
	Valor – R\$	% V	Valor – R\$	% V		
Disponível	206.800,60	0,21	204.286,02	0,22	1,23	
Realizável	134.972.734,04	136,97	129.614.354,14	137,07	4,13	
Gestão Previdencial	210.323,84	0,21	130.832,18	0,14	60,76	
Gestão Administrativa	10.246,69	0,01				
Investimentos	134.752.163,51	136,74	129.483.521,96	136,93	4,07	
Renda Fixa	132.903.995,31	134,87	127.616.076,06	134,95	4,14	
Plano Gestão Previdencial	117.505.936,08	119,24	112.728.973,51	119,21	4,24	
Plano Gestão Administrativa	15.398.059,23	15,63	14.887.102,55	15,74	3,43	
Investimentos Imobiliários	1.432.675,94	1,45	1.431.644,28	1,51	0,07	
Empréstimos a Participantes	415.492,26	0,42	435.801,62	0,46	- 4,66	
Valores a Recuperar		-		-		
Permanente	20.294,99	0,02	22.284,40	0,02	- 8,93	
[-] Exigível Operacional	189.248,99	0,19	57.873,96	0,06	227,00	
[-] Exigível Contingencial	6.078.827,56	6,17	5.863.287,62	6,20	3,68	
[-] FUNDOS	30.386.466,78	30,84	29.355.647,45	31,04	3,51	
Fundos Administrativos	15.524.564,01	15,75	14.997.766,26	15,86	3,51	
Fundos Previdenciais	14.861.902,77	15,08	14.357.881,19	15,18	3,51	
Reserva Especial – Participantes	10.143.248,64	10,29	9.799.253,91	10,36	3,51	
Reserva Especial – Patrocinador	4.718.654,13	4,79	4.558.627,28	4,82	3,51	
PATRIMONIO DE COBERTURA DO PLANO	98.545.286,30	100,00	94.564.115,53	100,00	4,21	

Fonte: Demonstrações Contábeis PREVBEP Junho / 2017 e Dezembro / 2016.

Comentário – Conforme podemos observar a evolução apresentada pelo **PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO BEP** neste semestre foi de aproximadamente 4,21%, apresentando em 30 de Junho de 2017, um Patrimônio de Cobertura do Plano BEP da ordem de R\$ 98.545.286,30.

1.1.2. Limites de Alocação / Segmento de Aplicação

Recursos Garantidores do PBD e PGA	Alocação Atual		Política de Investimentos / 2017			3.792/09 e 4.275/2013		
	Junho / 2017		Limites			Enquadramento	Limites	Enquadramento
Descrição	Valor	(%)	Mínimo	Máximo	Alvo			
Plano Gestão Previdencial	119.354.104,28							
Renda Fixa	117.505.936,08		80,00	100,00	98,50		100,00	98,50 < Limite
• Fundo BB Terra do Sol	117.505.936,08							
Investimentos Imobiliários	1.432.675,94		-	8,00	1,10		8,00	1,10 < Limite
Empréstimos a Participantes	415.492,26		-	15,00	0,40		15,00	0,40 < Limite
Valores a Recuperar								
Plano Gestão Administrativa	15.398.059,23							
Renda Fixa	15.398.059,23							
• Fundo BB Terra do Sol	15.398.059,23							
Total dos Investimentos	134.752.163,51							
Resumo								
Renda Fixa	132.903.995,31	98,63	80,00	100,00	98,50	Min < 98,63 < Max	100,00	98,63 < Limite
• Fundo BB Terra do Sol	132.903.995,31							
Investimentos Imobiliários	1.432.675,94	1,06		8,00	1,10	Min > 1,06 < Max	8,00	1,06 < Limite
Empréstimos a Participantes	415.492,26	0,31		15,00	0,40	Min > 0,31 < Max	15,00	0,31 < Limite
Valores a Recuperar								
Total dos Investimentos	134.752.163,51	100,00						

Fonte: Demonstrações Contábeis PREVBEP Junho / 2017 e Dezembro / 2016 - Política de Investimento PREVBEP / 2017

Comentário – Nas análises mensais realizadas nos Balancetes / Relatórios Gerenciais do período de Janeiro a Junho / 2017, culminando com alocação em Junho / 2017, observa-se que os recursos de cada segmento dos investimentos (*Plano de Gestão Previdencial e Plano de Gestão Administrativa*), espelhados na Tabela II, tanto em relação à legislação em vigor (*Resolução CMN nº 3.792/2009 e Resolução CMN nº 4.275/2013*), como à Política de Investimentos, estão dentro dos limites legais.

1.1.3. Gestão Alocação dos Ativos Por Segmento

Segmentos	Junho / 2017		Dezembro / 2016		Varição
	Valor – R\$	% V	Valor – R\$	% V	% H
Gestão Terceirizada	132.903.995,31	98,63	127.616.076,07	98,56	4,14
• Fundo BB Terra do Sol (*)	132.903.995,31	98,63	127.616.076,07	98,56	
PI. de Gestão Previdencial – PGP	117.505.936,08	87,20	112.728.973,51	87,06	
PI. de Gestão Administrativa – PGA	15.398.059,23	11,43	14.887.102,56	11,50	
Gestão Própria	1.848.168,20	1,37	1.867.445,90	1,44	-1,03
• Investimentos Imobiliários	1.432.675,94	1,06	1.431.644,28	1,11	
• Empréstimos a Participantes	415.492,26	0,31	435.801,62	0,34	
Total dos Investimentos	134.752.163,51	100,00	129.483.521,97	100,00	4,07

Fonte: Demonstrações Contábeis PREVBEP Junho / 2017 e Dezembro / 2016.

(*) - Administração /Gestão: BB Gestão de Recursos BTVM S.A.

- Distribuição/Custódia/Controladoria/Registro: Banco do Brasil S. A.

Comentário – Os recursos do Plano BD estão distribuídos em **Gestão Terceirizada (Fundo BB Terra do Sol FI Multimercado Exclusivo Crédito Privado)** 98,63% e **Gestão Própria (Investimentos Imobiliários – Aluguéis 1,06% e Operações com Participantes – Empréstimos a 0,31%)** 1,37%, apresentando um crescimento patrimonial em relação a Dezembro / 2016 da ordem de 4,07%, conforme especificados na Tabela III.

1.1.4. Análise do Desempenho dos Ativos por Segmento de Aplicação

1.1.4.1. Fundo BB Terra do Sol FI Multimercado Crédito Privado

Constituído sob a forma de *condomínio aberto* e com *prazo de duração indeterminado* (Art. 1º do Regulamento do Fundo), destinado a receber recursos da *PREVBEP, investidor exclusivo* (Art. 3º do Regulamento do Fundo). É administrado pela BB DTVM, inclusive responsável pela gestão da carteira do Fundo, tendo como responsável pelos serviços de **Distribuição, Custódia, Controladoria e Registro Escritural das Cotas dos Ativos Financeiros** integrantes da carteira do Fundo, o Banco do Brasil S. A. (Art. 5º do Regulamento do Fundo).

A Administradora (BB DTVM), observadas as limitações legais e regulamentares, *tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo, inclusive exercer todos os direitos inerentes aos ativos que a integram* (Art. 6º do Regulamento do Fundo).

1.1.4.1.1. Informações Gerais

Tabela IV – Informações Gerais			
Cotista	BEP Caixa de Previdência Social – PREVBEP	CNPJ	13.998.573/0001-06
Objetivos do Fundo	Buscará proporcionar a valorização de suas cotas mediante aplicação de seus recursos em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro	Início do Fundo	1-ago-11
		Classe / Subclasse CVM	Multimercado
		Código/Tipo ANBIMA	28.284 Multimercado Livre
Despesas	Taxa de Administração de 0,09% ao ano. Não são cobradas taxas de ingresso, performance ou de saída.	Tributação	Curto Prazo
		Cota de Aplicação	D+0
Administração e Gestão	BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	Cota de Resgate	D+0
		Crédito do Resgate	D+0
Distribuição, Custódia, Controladoria e Registros.	Banco do Brasil S. A.	Tipo de Cota	Fechamento
		Auditoria Externa	KPMG Auditores Independentes
Gestor Responsável	Luiz Eduardo Terra de Faria		

Fonte: Informativo Mensal / BB DTVM – Junho / 2017

1.1.4.1.2. Dados do Fechamento do Fundo Semestral

Tabela V – Dados do Fechamento dos Semestres								
Data Base	Quota de Fechamento	Quantidade de Cotas	Var % V	Pl. Médio 12 meses na data base – R\$ (*)	Pl. Fechamento	Var % V	VaR (¹)	Sharpe (²)
30-jun-17	1,818766635	73.073.603,32	-1,33	128.860.554,94	132.903.995,30	4,14	0,3118	0,40
31-dez-16	1,723216541	74.056.900,60		121.155.384,16	127.616.076,09		0,0036	0,81

Fonte: Informativo Mensal / BB DTVM – Junho / 2017 e Dezembro / 2016.

(*) Média Patrimônio Líquido do Fundo nos últimos 12 meses nas datas-bases: 31.12.2015 e 30.06.2015.

(¹) VaR (Value at Risk) sintetiza a maior perda esperada dentro de um período de tempo e intervalo de confiança. A metodologia utilizada é a de simulação histórica para intervalo de 1 dia e nível de confiança de 95%.

(²) Índice que tem por objetivo ajustar o retorno do fundo pelo seu risco, ou seja, quanto maior o retorno e menor o risco do investimento, melhor será seu índice de Sharpe. Índices com valores menores que zero não têm significado interpretativo, por isso não são divulgados.

Comentário – Embora apresente uma redução do número de cotas, da ordem de 1,33%, o Patrimônio Líquido, a data de fechamento (30.06.2017), apresenta um crescimento da ordem de 4,14%, em relação a 31.12.2016.



1.1.4.1.3. Composição do Fundo

Tabela VI – Composição do Fundo	Jun./17			Dez/16			Variação (% H)	
	Quant.	Mercado	%	Quant.	Mercado	%	Quant.	Mercado
BB Terra do Sol FI Multi Créd. Privado.								
RENDA FIXA		112.149.326,21	84,38		108.157.678,40	84,75		3,69
OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	434	3.662.765,93	2,76	1.006	8.455.046,68	6,63	- 56,86	-56,68
Operações Compromissadas – 1 Dia	434	3.662.765,93		1.006	8.455.046,68		- 56,86	- 56,68
TESOURO NACIONAL – PÓS	5.076	20.891.751,45	15,72	4.776	20.250.152,37	15,87	6,28	3,17
Letra Financeira do Tesouro LFT	850	7.577.754,45		1.050	8.843.570,86		- 19,05	-14,31
Nota do Tesouro Nacional–B–NTN-B	4.226	13.313.997,00		3.726	11.406.581,51		13,42	16,72
TESOURO NACIONAL – PRÉ	28.700	25.320.655,36	19,05	34.800	27.910.020,48	21,87	- 17,53	- 9,28
Letra Tesouro Nacional	28.700	25.320.655,36		34.800	27.910.020,48		- 17,53	- 9,28
CDB/RDB PÓS FIX. BCOS PRIVADOS	1.000	1.024.695,56	0,77	3.000	3.632.023,54	2,85	- 66,67	- 71,79
CDB/RDB Pós Fix. Bcos. Privados	1.000	1.024.695,56		3.000	3.632.023,54		- 66,67	-71,79
TITULOS COMERCIAIS	4	2.000.883,97						
Notas Promissórias - Pós	4	2.000.883,97						
DEBÊNTURES	4.713.225	34.627.952,39	26,05	12.864	29.222.149,29	22,90	36.538,88	18,50
Debêntures CDI	4.708.650	23.908.598,75		8.289	17.905.086,49		56.706,01	33,53
Debêntures Simples IPCA	4.574	10.719.353,64		4.574	11.317.062,80			- 5,28
Debêntures Inadimplente - OI	1			1				
DPGE DEP A PRAZO GAR ESPECIAL	1.000	1.264.774,41	0,95	1.000	1.195.106,92	0,94		5,83
DPGE Pós Fixados – Bancos Privados	1.000	1.264.774,41		1.000	1.195.106,92			5,83
LETRA FINANCEIRA SUBORDINADA	12	10.250.564,48	7,71	12	9.671.589,75	7,58		5,99
Letra Finan. Subord. – BB Pós	10	8.964.228,21		10	8.459.077,83			5,97
Letra Finan. Subord. – Privados Pós	2	1.286.336,27		2	1.212.511,92			6,09
LETRA FINANCEIRA	22	13.104.804,91	9,86	14	7.821.134,96	6,13	57,14	67,56
Ligada				2	1.277.566,55		-100,00	100,00
Não Ligada	22	13.104.804,91		12	6.543.568,41		83,33	100,27
TAXAS DIFERIDAS		477,75	0,00		454,41	0,00		5,14
Taxa ANBID Diferida		477,75			454,41			5,14
Taxa CVM Diferida								
RENDA VARIÁVEL		20.754.669,10	15,62		19.458.397,69	15,25		6,66
AÇÕES A VISTA	1.030.599	20.708.417,60	15,58	981.344	19.323.119,74	15,14	5,02	7,17
Direito de Subscrição								
Banco do Brasil S A	21.900	586.920,00		21.600	606.744,00		1,39	- 3,27
Ações a Vista	1.008.699	20.121.497,60		959.744	18.716.375,74		5,10	7,51
Recibo de Subscrição								
CONTRATOS DE MERCADO FUTURO	- 197	- 22.772,64	- 0,02	- 233	- 2.532,99	-0,00	-15,45	799,04
DI Futuro – 1D	- 197	- 22.772,64		- 233	- 2.532,99		- 15,45	799,04
VALORES A RECEBER		74.927,04	0,06	-	144.077,59	0,11		- 48,00
Provisão para Outros Créditos		74.927,04			144.077,59			- 48,00
OUTROS (AJUSTES/VARIAÇÕES)	-	- 5.902,90	- 0,00	-	- 6.266,65	- 0,00		- 5,80
Disponível		230,41			1.689,67			- 86,36
Valores a Pagar/Provisões/Ajustes	-	- 6.133,31		-	- 7.956,32			- 22,91
TOTAL		132.903.995,31	100,00		127.616.076,09	100,00		4,14

Fonte: BB DTVM /Relatório "Carteira Diária Detalhada para Renda Fixa". Junho / 17 e Dezembro / 16

Comentário – Verifica-se na Tabela VI, acima, que a adequação na composição dos papéis do FUNDO, ao longo do 1º semestre / 2017, teve como objetivo melhorar a rentabilidade. Os números apresentam sensíveis modificações na quantidade de papéis, **reduções:** Operações Compromissadas (56,86%), Letra Financeira do Tesouro – LFT (19,05%), Letra do Tesouro Nacional – LTN (17,53%), CDB/RDB Pós Fixados Bancos Privados (66,67%), Letra Financeira Ligada (100,00%). **Acréscimos:** Debêntures CDI (36.538,88%), Letra Financeira Não Ligada (83,33%)

1.1.4.1.4. Composição Setorial da Carteira do Fundo

Tabela VII – Composição Setorial da Carteira do Fundo / 1º Semestre 2017 – % –							Média
Papeis	jan./17	fev./17	mar/17	abr./17	mai./17	jun./17	Mensal
NTN-B	8,94	10,02	10,86	10,87	10,03	10,02	10,12
Alimentos	0,91	0,91		0,81	0,83		0,58
Bancos	4,13	4,10	4,10	4,21	3,88	3,91	4,06
Bebidas	0,98	0,98	1,02	1,03	1,07	1,05	1,02
CDB PÓs Fix Bco. Privado	2,83	0,77	2,83	3,61			1,67
Comércio	0,86	0,90	0,91	0,99	0,97	0,96	0,93
Debentures	22,42	26,05	22,36	22,81	26,28	26,05	24,33
DPGE PÓs Fixado Bancos Privados	0,93	0,95	0,93	0,94	0,95	0,95	0,94
Energia Elétrica	0,93	0,93	0,92	0,89	0,98	0,98	0,94
Letra Financeira Ligada	0,99						0,17
Letra Financeira Não Ligada	6,64	9,86	6,63	8,21	9,81	9,86	8,50
Letra Financeira Subordinada BB PÓs	6,58	6,74	6,58	6,64	6,71	6,74	6,67
Letra Financeira Subordinada Privada	0,94	0,97	0,94	0,95	0,96	0,97	0,96
LFT	6,88	5,70	6,86	4,95	5,34	5,70	5,91
LTN	21,93	19,05	22,13	22,35	20,79	19,05	20,88
Mineração	1,39	1,39	1,26	1,17	1,17	1,24	1,27
Notas Promissórias - PóS						1,51	0,25
Operações Compromissadas Over	5,03	2,76	4,09	2,89	2,77	2,81	3,39
Outros	5,32	6,64	6,30	5,45	6,28	7,06	6,18
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	1,37	1,28	1,28	1,23	1,18	1,14	1,25
Serviços Financeiros Diversos							-
Totais	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Informativo Mensal / BBDTVM – Junho / 2017

Comentário – Observamos que uma média mensal de 20,88 %, 24,33 %, e 10,12% da Composição Setorial da Carteira do Fundo, no período de Janeiro a Junho / 2017, está aplicada em *Letras do Tesouro Nacional (LTN)*, *Debêntures*, *Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)*, respectivamente, perfazendo um total de aproximadamente 55,33% do Total de Recursos do Fundo.

1.1.4.1.5. Evolução da Rentabilidade do Fundo

Tabela VIII – Evolução Rentabilidade do Fundo															
Anos		Jan	Fev.	Mar	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set	Out	Nov.	Dez	Ano	Acum.
2011	Fundo								1,99	1,99	- 0,01	2,02	0,78	0,91	5,81
	Composto													6,40	6,40
2012	Fundo	2,14	1,63	0,94	0,92	- 0,32	0,45	1,58	- 0,36	2,47	1,41	0,72	1,63	14,01	20,63
	Composto	2,16	1,53	0,86	0,94	- 0,51	0,45	1,50	0,78	1,08	0,98	0,64	1,49	12,52	19,03
2013	Fundo	0,57	-0,51	0,08	1,03	- 0,76	- 2,05	1,04	- 0,12	1,38	1,64	- 0,65	0,26	1,89	22,92
	Composto	0,52	-0,33	0,07	0,83	- 0,67	- 1,63	0,99	0,22	1,32	1,55	- 0,59	0,27	2,66	22,94
2014	Fundo	-1,34	1,28	1,50	1,40	1,20	1,13	1,47	2,88	-1,84	1,19	0,95	-1,02	9,10	34,10
	Composto	-1,28	1,34	1,73	1,44	1,22	1,11	1,54	3,05	-1,93	1,17	1,00	- 1,09	9,38	34,48
2015	Fundo	0,53	1,77	0,46	2,62	0,36	0,84	0,39	- 0,92	0,16	1,34	0,27	0,56	8,66	45,71
	Composto	0,28	2,12	0,53	2,55	0,27	0,75	0,06	- 1,23	0,07	1,44	0,62	0,44	8,26	45,41
2016	Fundo	0,33	1,74	3,91	2,31	- 0,85	1,30	2,98	1,28	0,82	2,68	- 0,15	0,66	18,26	58,58
	Composto	0,06	1,94	4,27	2,60	- 0,82	2,17	3,02	1,13	1,12	2,52	- 0,38	0,89	19,79	61,43
2017	Fundo	2,05	1,71	0,66	0,20	0,21	0,61							5,54	70,37
	Composto	2,22	1,85	0,50	0,58	- 0,23	0,60							5,57	70,42

Fonte: BBDTVM / Informativo Mensal – PREVBEP / Controles Internos.

(*) Composto = 64 % CDI + 20% IMA-B + 16% IBRx.

Comentário: Somente o índice composto apresentou em maio / 2017, rentabilidade negativa ao longo do semestre.

1.1.4.1. Investimentos Imobiliários

Tabela IX – Evolução Investimentos Imobiliários					
Descrição	Valores – R\$				Variação
	30-jun-17	%	31-dez-16	%	% H
1. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	1.432.675,94	100,00	1.431.644,28	100,00	0,07
1.1. Imóvel Coelho Rodrigues, 1573 - Teresina - PI.	997.386,85	69,62	997.386,85	69,67	-
1.1.1. Terreno	814.932,40		814.932,40		-
1.2.2. Edificações	182.454,45		182.454,45		-
1.2. Imóvel Coelho Rodrigues, 1390 - Teresina - PI.	437.701,32	30,55	437.701,32	30,57	-
1.2.1. Terreno	385.824,60		385.824,60		-
1.2.2. Edificações	51.876,72		51.876,72		-
Totais	1.435.088,17	100,17	1.435.088,17	100,24	-
. Terreno [1.1.1. + 1.2.1.]	1.200.757,00		1.200.757,00		-
. Edificações [1.1.2. + 1.2.2.]	234.331,17		234.331,17		-
(-) Depreciação	16.403,10	1,14	11.716,50	0,82	40,00
(+) Provisão Aluguéis	13.990,87	0,98	8.272,61	0,58	69,12

Fonte: Controles Internos / Balancetes Mensais – Junho / 2017 e Dezembro / 2016.

Obs: Saldo Apresentado Balancetes Mensais

Comentário – Os rendimentos auferidos com aluguéis da carteira imobiliária compõem a taxa de retorno dessa modalidade de investimento. A inadimplência de locatário provoca perda de rentabilidade e redução do fluxo de caixa.

1.1.4.3. Empréstimos e Financiamentos a Participantes

Dentre os investimentos a PREVBEP adota a política de concessão de empréstimos simples aos Participantes e Assistidos, obedecendo ao limite percentual de aplicação definido na Resolução nº 3.792, de 24/09/09, do Conselho Monetário Nacional, e às normas internas da Entidade. No quadro a seguir são demonstradas as posições de saldos do 1º semestre / 2017 e 2º semestre / 2016.

Tabela X – Evolução Empréstimos e Financiamentos a Participantes					
Discriminação	Jun/17		Dez/16		Variação
	Valor – R\$	% V	Valor – R\$	% V	% H
EMPRÉSTIMOS	415.492,26	100,00	435.801,62	100,00	- 4,66
• Principal	423.745,56	101,99	441.368,20	101,28	- 3,99
EMPRÉSTIMOS A RECEBER	28.873,15	6,95	32.243,77	7,40	- 10,45
°Consignações	511,46	0,12		-	
°Inadimplentes	28.361,69	6,83	32.243,77	7,40	- 12,04
(-) Provisão Liquidação Duvidosa	37.126,45	8,94	37.810,35	8,68	- 1,81

Fonte: Balancetes Mensais / Controles Internos da PREVBEP.

(*) – Saldos em 30.06.2017 e 31.12.2016. Juros: 1,00 % a.m. Correção: TR Mensal, Taxa Administração: R\$ 2,00 em cada prestação mensal.

Comentário – Os riscos apresentados na carteira de empréstimos a participantes da PREVBEP são muito pulverizados, em razão de montantes individuais pequenos e limitados a múltiplos da remuneração dos participantes ativos e ao benefício dos participantes assistidos. As parcelas mensais de reembolso cobradas dos participantes ativos são debitadas em conta corrente na data dos recebimentos dos salários junto ao Patrocinador, enquanto as relativas aos participantes assistidos são cobradas na folha de benefícios.

Observamos que as inadimplências posicionadas em Junho / 2017 (R\$ 28.361,69) representam 6,83% do saldo da carteira de empréstimos, estando acima do patamar satisfatório de 1% para esse tipo de risco de crédito. A INADIMPLÊNCIA, conforme citações nas Manifestações anteriores advêm dos processos judiciais nº 0014833-67.2010.8.18.0140, tramitando na 5ª Vara Cível da Comarca de Teresina, desde 2010, cujo Requerido desligou-se do BEP S. A., (valor componente da inadimplência – R\$ 22.675,84). Deduzidos os valores acima do saldo registrado na data base de 30.06.2017, em "Inadimplentes", (R\$ 28.361,69 – R\$ 22.675,84) restam R\$ 5.685,85 que se referem a 3 (três) tomadores (R\$ 2.056,52 + R\$ 3.239,35 + R\$ 389,98), regularizado após a data base da informação.

1.1.5. Rentabilidade

1.1.5.1. Rentabilidade Semestral Comparada

Ativos	1º Semestre 2017		2º Semestre 2016		Variação	
	Valor – R\$	% V	Valor – R\$	% V	% H	
Renda Fixa	7.047.919,25	96,66	10.516.703,25	98,77	-	32,98
Fundo BB Terra do Sol	7.047.919,25		10.516.703,25		-	32,98
Imóveis	57.237,52	0,79	49.635,66	0,47		15,32
Empréstimos a Participantes	40.818,78	0,56	81.402,93	0,76	-	49,86
Outras	145.207,89	1,99				
Recuperação de Despesas	145207,89					
Totais	7.291.183,44	100,00	10.647.741,84	100,00	-	31,52

Fonte: Demonstrações Contábeis PREVBEP.

Comentário – Comparando-se a rentabilidade entre o 1º semestre / 2017 e o 2º semestre/2016, observamos uma redução da ordem de 31,52 %, ocasionado, principalmente, pelas flutuações do mercado financeiro com reflexo no Fundo BB Terra do Sol, no 1º semestre / 2017.

1.1.5.2. Evolução da Rentabilidade por Segmentos

Meses	Ativos				Indicadores (%)					
	Plano Previdencial				P G A					
	Renda Fixa	Imóveis	Emp.	Total	Renda Fixa	Meta Atuarial	CDI	IBOV.	INPC	INPC (+) 4,50 %
jan/17	2,0468	0,5233	0,5374	2,0220	2,0457	0,7890	1,0846	-6,7900	0,4200	0,4219
fev/17	1,7109	0,6322	1,5853	1,6972	1,7114	0,6084	0,8638	5,4800	0,2400	0,2410
mar/17	0,6587	1,1822	0,4642	0,6643	0,6596	0,6887	1,0504	16,9700	0,3200	0,3214
abr/17	0,1963	0,9650	0,3264	0,2060	0,1977	0,4478	0,7852	7,7000	0,0800	0,0804
mai/17	0,2036	0,9215	2,0920	0,2189	0,2060	0,7288	0,9550	-10,0900	0,3600	0,3616
jun/17	0,6125	0,9210	0,1823	0,6147	0,6126	0,0664	0,8081	6,3000	-0,3000	- 0,3014
Acum	5,5371	5,2553	5,2853	5,5317	5,5415	3,3738	5,6500	18,8600	1,1235	1,1285

Fonte: PRP / DNP – Mensal – PREVBEP / Controles Internos

Comentário – Os investimentos do Plano de Gestão Previdencial – PGP e Plano de Gestão Administrativa – PGA ao longo do 1º semestre/2017, com uma rentabilidade acumulada de 5,5317% e 5,5415%, respectivamente, situaram-se acima 2,1579% e 2,1677%, respectivamente, da Meta Atuarial. Em relação aos segmentos que o compõem, observamos (Tabelas III e XII):

Renda Fixa – Onde estão alocados 98,63% dos recursos, apresentou uma rentabilidade de 5,5371%, acima 2,1633% da Meta Atuarial, que era de 3,3738%.

Investimentos Imobiliários – Onde estão alocados 1,06% dos recursos, apresentou uma rentabilidade de 5,2553%, acima 1,8815% da Meta Atuarial, que era de 3,3738%.

Empréstimos a Participantes – Onde estão alocados 0,31% dos recursos, apresentou uma rentabilidade de 5,2853%, acima 1,9115% da Meta Atuarial, que era de 3,3738%.

1.1.5.3. Resultados Semestrais Comparados

Tabela XIII – Resultado Semestral Comparados			
Descrição	1º Semestre / 2017	2º Semestre / 2016	Variação (% H)
ADIÇÕES	345.946,52	361.937,06	- 4,42
[-] Deduções	1.593.421,21	1.422.472,84	12,02
[-] Custeio Administrativo	570.000,00	436.351,26	30,63
[+] Resultados dos Investimentos	6.699.906,37	9.790.073,61	- 31,56
[-/+] Constituição / Reversão de Provisões Atuariais	1.733.960,74	1.845.630,89	- 6,05
[-/+] Constituição / Reversão de Fundos	529.573,36	6.295.473,09	- 91,59
RESULTADO	3.678.044,30	12.743.028,77	- 71,14

Fonte: Balançetes Junho/2017 e Dezembro / 2016.

Comentário: As Constituições / Reversões de Provisões Atuarias e Fundos, calculadas pelo ATUÁRIO, refletem situações às datas de suas realizações e estão em conformidade com as normas vigentes.

1.1.6. Gestão de Riscos

Na Gerência dos riscos de mercado e liquidez inerente a cada Fundo, a Administradora Externa possui em sua estrutura uma Gerência Executiva responsável por estes riscos. Adotando a política de segregação entre a gestão dos portfólios e a gestão de risco, as responsabilidades dessa Gerência, em relação aos riscos de mercado e liquidez, consistem em:

- a) *Propor políticas e estratégias para gerenciamento dos riscos de mercado e liquidez;*
- b) *Propor desenvolver modelos, processos e instrumentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos de mercado e de liquidez;*
- c) *Assessorar na gestão dos riscos de mercado e liquidez dos Fundos de Investimentos;*
- d) *Avaliar a aderência dos modelos de riscos de mercado;*
- e) *Promover o alinhamento da Entidade à regulamentação e autorregulação referente à gestão dos riscos de mercado e liquidez de fundos de investimento.*

1.1.6.1. Risco de Mercado

Considerando que os recursos da PREVBEP estão investidos, majoritariamente, no segmento de renda fixa, através do Fundo BB Terra do Sol FI Multimercado, Fundo Exclusivo, o controle dos riscos citados é feito em áreas específicas do gestor, cabendo a eles zelar pela adequada gestão dos riscos envolvendo os investimentos da Entidade.

O Monitoramento deste risco na Entidade dá-se dentre outros meios, pelo:

- a) *Acompanhamento diário/mensal dos Relatórios Gerados sobre o Desempenho do Fundo BB Terra do Sol, em seus segmentos de aplicação, em renda fixa e variável.*
- b) *Confronto dos relatórios de posição dos fundos com os limites regulamentares específicos.*

Os critérios de precificação dos ativos e avaliação de risco do gestor foram avaliados no processo de sua contratação e são reavaliados periodicamente.

Os riscos de mercado estão em conformidade com os estabelecidos na Política de Investimentos e nos Normativos da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, e IN/SPC/MPS nº 14, de 18 de janeiro de 2007.

1.1.6.2. Risco de Crédito

O comitê de crédito do gestor externo dos investimentos é responsável pelo acompanhamento do risco de crédito das instituições financeiras e não financeiras. Além dos critérios de análise de crédito usuais, é considerada a classificação de "rating" (avaliação) estabelecida pelas agências especializadas. Caso um título possua "rating" (avaliação) de mais de uma agência é válido o menor "rating" (avaliação).

Na PREVBEP a gestão do risco de crédito está sendo realizada considerando principalmente a classificação de risco das principais Agências classificadoras de "ratings" (avaliação), em títulos de dívida bancária ou corporativa e nas operações de crédito estruturadas, sem prejuízo às análises realizadas antes da aquisição dos ativos.

O risco de crédito das carteiras da PREVBEP também é administrado através da definição de limites de diversificação por emissor.

1.1.6.3. Risco de Liquidez

A PREVBEP mantém rigoroso sistema de fluxo de caixa e mediante análises contábeis do Ativo e Passivo, de forma regular, são feitas avaliações para apurar quaisquer focos de perda decorrente da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento dos compromissos assumidos nas datas previstas. Ainda todos os compromissos são quitados nas datas aprazadas evitando-se encargos por atrasos.

Ademais, considerando que o fluxo de receita Previdencial é insuficiente para honrar mensalmente a folha de benefícios, são programados resgates do Fundo, para a data próxima de pagamento, evitando-se valores em caixa sem rentabilidade, até porque devemos considerar as possibilidades de perda decorrente das diferenças temporais entre os fluxos de caixa gerados pelos ativos e passivos, bem como, de perda decorrente da venda forçada de ativos a preços inferiores aos de mercado.

1.1.6.4. Risco Operacional

A PREVBEP mantém rigoroso sistema de fluxo de caixa e mediante análises contábeis do Ativo e Passivo, de forma regular, são feitas avaliações para apurar quaisquer focos de perda decorrente da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento dos compromissos assumidos nas datas previstas. Ainda todos os compromissos são quitados nas datas aprazadas evitando-se encargos por atrasos.

Ademais, considerando que o fluxo de receita Previdencial é insuficiente para honrar mensalmente a folha de benefícios, são programados resgates do Fundo, para a data próxima de pagamento, evitando-se valores em caixa sem rentabilidade, até porque devemos considerar as possibilidades de perda decorrente das diferenças temporais entre os fluxos de caixa gerados pelos ativos e passivos, bem como, de perda decorrente da venda forçada de ativos a preços inferiores aos de mercado.

1.1.6.5. Risco Legal

A PREVBEP possui uma agenda de compromissos (periodicidades e responsáveis), para minimizar o risco do não cumprimento de obrigações legais ou regulamentares, através de serviço terceirizado de assessoria jurídica nas esferas cíveis e trabalhistas.

1.1.6.6. Risco Sistêmico

O gerenciamento do risco sistêmico é realizado pelos gestores buscando sempre minimizar a exposição dos ativos a riscos desta natureza, ou seja, atentos às variações ocorridas no mercado financeiro quando da negociação de papéis do Fundo.

1.1.6.7. Risco de Gestão

A terceirização da gestão de recursos requer o monitoramento dos prestadores de serviço que se encarregam da tarefa. Para mitigar esse risco, todos os processos de seleção dos gestores são conduzidos conforme diretrizes estabelecidas em documentos internos.

Além disso, há o acompanhamento, com assessoria de consultoria especializada, dos seguintes pontos relativos aos gestores terceirizados:

- *Alterações profundas na estrutura da instituição gestora dos recursos;*
- *Mudanças na equipe principal;*
- *Mudança de perfil de risco dos investimentos;*
- *Eventuais desenquadramento.*

Com isso, o risco de gestão e, conseqüentemente, o risco de terceirização é minimizado.



1.1.6.8. Divergência não Planejada DNP

Tabela XIV – Divergência não Planejada – DNP / 1º Semestre 2017							
Descrição		Exercício 2017					
		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
P	Renda Fixa	2,0468	1,7109	0,6587	0,1963	0,2036	0,6125
	Imóveis	0,5233	0,6322	1,1822	0,9650	0,9215	0,9210
G	Empréstimos	0,5374	1,5853	0,4642	0,3264	2,0920	0,1823
P	Consolidado	2,0220	1,6972	0,6643	0,2060	0,2189	0,6147
	INPC	0,7890	0,6064	0,6887	0,4478	0,7288	0,0664
P	DNP TOTAL PGA e RF	6,3765	5,9946	6,1836	9,2179	9,9637	6,6253
G	INPC + 4,5	11,5371	11,4706	11,3761	10,1801	9,4052	9,2745
G	Retorno	18,6236	18,1289	18,2380	20,2641	20,2323	16,4712
A	Desvio Padrão	1,3145	1,3139	1,1296	1,1241	0,8641	0,8636

Fonte: PRP / DNP – Mensal – PREVBEP / Controles Internos.

Comentário – O Demonstrativo das DNP's dos planos PGP e PGA, no 1º semestre de 2017, calculadas conforme o que dispõe a Instrução PREVIC nº 02/2010, mesmo com as oscilações do mercado, mostraram-se positivas ao longo do semestre.

1.1.6.9. Classificação de Riscos das Principais Agências Classificadoras

Tabela XV - Classificação de Riscos			
Agências / Ratings			Significado
Moody's	Fitch	Standard & Poor's	
Aaa	AAA	AAA	Mais alta qualidade / Menor Grau de Risco
Aa	AA	AA	Alta Qualidade / Risco de Crédito Muito Baixa
A	A	A	Qualidade Média-alta / Risco Médio-alto
Baa	BBB	BBB	Qualidade Média Risco de Crédito Moderado
Ba	BBB	BB	Predominante Especulativo/ Qualidade de Crédito Questionável
B	B	B	Especulativo - Baixa Qualidade / Alto Risco de Crédito
Caã	CCC	CCC	Inadimplemento Próximo / Pobre Qualidade de Crédito
C	CC	CC	Mais Baixa Qualidade - Sem Interesse
	C	C	Inadimplente - Em Atraso - Questionável
	DDD	DDD	
	DD	DD	
	D	D	

Fonte: BM & Bovespa

1.1.7. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO DE GESTÃO PREVIDENCIAL – PGP E DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA E SUAS POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS

Após análises efetuadas na documentação relativa ao 1º SEMESTRE DE 2017, encaminhada ao Conselho Fiscal, espelhadas nos itens 1.1.1 a 1.1.6., deste Relatório, e em atendimento aos Incisos I e II do artigo 19 da Resolução do CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, constatamos que a gestão dos recursos do Plano de Benefícios Definidos – BD, Gestão Previdencial – PGP e Gestão Administrativa – PGA, estão aderentes à Resolução do CMN 3.792/09 e demais normas emitidas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, atendendo às diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos de 2017, devendo ser considerados os comentários e as recomendações apresentados.

2.ADERÊNCIA DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS BEP

2.1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE PARTICIPANTES

Participantes	30.06.2017		31.12.2016		Variação
	Quant.	% V	Quant.	% V	% H
Ativos	29	15,43	33	17,55	- 12,12
Autopatrocinado	12	6,38	13	6,91	- 7,69
Assistidos (Aposentados)	114	60,64	109	57,98	4,59
Pensionistas	33	17,55	33	17,55	-
Totais	188	100,00	188	100,00	-

Fonte: Controles Internos PREVBEP

Comentário – Em razão de o Plano estar fechado a novas adesões, exceto àqueles procedentes do antigo BEP, hoje atuando no Patrocinador, a movimentação da População de Participantes processa-se apenas entre Ativos / Autopatrocinado e Assistidos (Aposentados / Pensionistas). No semestre sob análise houve movimentação entre Ativos (4) / Autopatrocinado (1) e Assistidos (Aposentados – 5 -).

2.2. PREMISSAS ATUARIAIS

Premissas Económicas e Financeiras	Taxa Real Anual de Juros (Taxa de Desconto Atuarial)	Projeção Crescimento Real de Salário	Fator de Capacidade	Capacidade Crescimento Benefícios	Indexador do Plano (**)	
		4,50	3,1	100,00%	0	INPC-IBGE
Biométricas	Tabua de Mortalidade Geral	Tabua de Entrada em Invalidez		Tábua de Mortalidade de Inválidos		
	AT 2000 Suavizada em 10%	Alvaro Vindas		Winklevoss		
Demográficas	Casados	Diferença Idade Entre Titular e Cônjuge	Entrada de Aposentadoria Programada (1)	Tempo de Contribuição à Previdência Social	Rotatividade (Turnover)	
	82%	5 anos	100% na elegibilidade	Idade Atual menos 18 anos	Não Aplicado	
Estatísticas	Participantes (*)					(1) Legenda
	Ativos	Auto	Aposentados	Inválidos	Pensionistas	Os participantes aposentam-se quando preenchem a primeira das seguintes condições: • 65 (60) anos de INSS para homens (mulheres); e • 10 anos de serviços na patrocinadora. Ou, • 30 (30) anos de INSS para homens mulheres; e, • 57 anos de idade; e, • 10 anos de serviços na patrocinadora.
Frequência de Participantes	29	12	101	13	33	
Frequência de Grupos Familiares						
Idade Média (anos)	56	56	67	63	73	
Tempo Médio de Empresa (anos)	32					
Tempo Médio de Serviço Futuro (anos)	2	2				
Folha Salário Mensal	273.639,13	98.543,87	209.301,12	18.573,75	14.601,38	
Salário Médio	9.435,83	8.211,99				
Benefício Médio Mensal			2.072,29	1.428,75	442,47	
Fonte: Mirador / Avaliação Atuarial 2017 Data Base: 30.06.2017						
(*) Frequência Participantes: Ativos - No Patrocinador / Autofinanciado (29 + 12) = 41						
Assistidos (Aposentado) – Invalidez / Tempo Serviço / Outros (13 + 97 + 4) = 114						
Pensionistas - 33						
Total – (41 + 114 + 33) = 188						
(**) Alterado conforme Portaria PREVIC nº 44, de 02.02.2016;						

Fonte: Controle Interno PREVBEP

Comentário – Para projeção do passivo previdenciário do Plano BEP, foram consideradas as mesmas premissas e definições daquelas praticadas na avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2016.

A Taxa de Juros Anual (taxa de desconto atuarial) está adequada às exigências das Resoluções N° 09 e N° 10 do CNPC, publicadas nos meses de novembro e dezembro de 2012, respectivamente. Vale salientar que a tabua de mortalidade geral (AT-2000 suavizada em 10%), a taxa real de desconto atuarial (4,50% ao ano) e a rotatividade (nula), bem como os regimes

financeiros e os métodos de financiamento, atendem aos requisitos previstos na Resolução CGPC nº 18, de 28.03.2006, bem como de suas atualizações posteriores.

2.3. EVOLUÇÃO SEMESTRAL DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO PREVIDENCIAL

Descrição	Jun./17		Dez/16		Variação % H
	Valor – R\$	% V	Valor – R\$	% V	
Ativo Total	135.199.829,63	100,00	129.840.924,56	100,00	4,13
[-] Exigível Operacional	189.248,99	0,14	57.873,96	0,04	227,00
[-] Exigível Contingencial	6.078.827,56	4,50	5.863.287,62	4,52	3,68
[-] Fundos	30.386.466,78	22,48	29.355.647,45	22,61	3,51
[-] Fundos Administrativos	15.524.564,01	11,48	14.997.766,26	11,55	3,51
[-] Fundos Previdenciais (1)	14.861.902,77	10,99	14.357.881,19	11,06	3,51
Reserva Especial – Participantes	10.143.248,64	7,50	9.799.253,91	7,55	3,51
Reserva Especial – Patrocinador	4.718.654,13	3,49	4.558.627,28	3,51	3,51
Ativo Líquido do Plano	98.545.286,30	72,89	94.564.115,53	72,83	4,21

Fonte: Balançetes Junho / 2017 e Dezembro / 2016.

(*) Demonstrativo do Ativo Líquido ou Patrimônio de Cobertura do Plano

Comentário – A Resolução CNPC nº 22/2015, entre outros pontos, estabelece:

- A definição de limites de DÉFICIT e SUPERÁVIT se dará em função do DURATION dos Planos, criando uma ZONA DE EQUILÍBRIO, onde não é necessário o equacionamento de DÉFICITS nem a distribuição dos SUPERÁVITS.
- Para SUPERÁVIT TÉCNICO, o limite da Reserva de Contingência [em %] será igual ao menor entre [25,0% e 10,00% + (1,00% x DURATION)].
- As novas regras entraram em vigor a partir em 03.12.2015, sendo que a partir dos resultados do exercício de 2015 a sua aplicação tornou-se obrigatória.

Assim, foi apurado para formação dos Fundos Previdenciais, o valor de R\$ 14.861.902,77 em 30.06.2017, sendo alocados: R\$ 10.143.248,64, na conta dos PARTICIPANTES (referente à proporção de 68,25% do total apurado) e R\$ 4.718.654,13 na conta do PATROCINADOR (referente à proporção de 31,75% do total apurado).

2.4. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Discriminação	junho-17		dezembro-16		Variação % H
	Valor – R\$	% V	Valor – R\$	% V	
PATRIMONIO LIQUIDO COBERTURA DO PLANO	98.545.286,30	76,43	94.564.115,53	76,31	4,21
[+] FUNDOS	30.386.466,78	23,57	29.355.647,45	23,69	3,51
Fundos Administrativos	15.524.564,01	12,04	14.997.766,26	12,10	3,51
Fundos Previdenciais	14.861.902,77	11,53	14.357.881,19	11,59	3,51
Reserva Especial – Participantes	10.143.248,64	7,87	9.799.253,91	7,91	3,51
Reserva Especial – Patrocinador	4.718.654,13	3,66	4.558.627,28	3,68	3,51
PATRIMONIO SOCIAL	128.931.753,08	100,00	123.919.762,98	100,00	4,04

Fonte: Balançetes Junho / 2017 e Dezembro / 2016.

Comentário – Duas variáveis compõem o Patrimônio Social da Entidade, o Patrimônio de Cobertura do Plano e os Fundos. A evolução apresentada pelo Patrimônio Social neste semestre foi de 4,04%, em relação ao 2º semestre de 2016, resultando num Patrimônio Social de R\$ 128.931.753,08 (30.06.2017).

2.5. EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS DO PLANO

Tabela XX – Evolução Semestrais das Provisões Matemáticas					
Descrição	jun./17		dez/16		Variação
	Valor – R\$	% V	Valor – R\$	% V	% H
PROVISÕES MATEMÁTICAS	78.636.130,14	100,00	76.902.169,40	100,00	2,25
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	37.478.772,10	47,66	37.382.381,04	48,61	0,26
BD E ESTRUTURA DO REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	37.478.772,10		37.382.381,04		
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	32.072.511,53		31.990.024,75		
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	5.406.260,57		5.392.356,29		
BENEFÍCIOS A CONCEDER	41.157.358,04	52,34	39.519.788,36	51,39	4,14
BD E EST. DO REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADA	40.699.400,36		39.080.051,90		
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	41.719.083,14		40.059.163,52		
[-] Valor Atual das Contribuições Futuras do Patrocinador	509.841,39		489.555,81		
[-] Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	509.841,39		489.555,81		
BD E EST. DO REGIME DE CAPIT. NÃO PROGRAMADA	457.957,68		439.736,46		
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	469.431,36		450.753,62		
[-] Valor Atual das Contribuições Futuras do Patrocinador	5.736,84		5.508,58		
[-] Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	5.736,84		5.508,58		

Fonte: Avaliação Atuarial / Mirador Atuarial.

Comentário: Provisões Matemáticas são calculadas mensalmente em razão dos benefícios concedidos e benefícios a conceder (cálculos atuariais)

2.6. RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS

As Receitas Previdenciárias do Plano de Benefícios Definido – BD representam as contribuições normais, amortizações e custeio administrativo Previdencial.

Tabela XXI – Receitas Previdenciárias Semestrais Comparadas					
Discriminação	Valores em Reais				Var % H
	1º Sem / 2017		2º Sem / 2016		
	Valor	% V	Valor	% V	
Patrocinador	87.555,05	25,31	112.175,25	30,99	- 21,95
Participantes	179.101,12	51,77	210.049,83	58,03	- 14,73
Ativos	102.237,52	29,55	134.730,72	37,22	- 24,12
Assistidos	76.863,60	22,22	75.319,11	20,81	2,05
Autopatrocinado	58.743,44	16,98	39.711,98	10,97	47,92
Provisões	20.513,80	5,93			
Rem Contr. Atraso	33,11	0,01			
TOTAIS	345.946,52	100,00	361.937,06	100,00	- 4,42

Fonte: Demonstrações Contábeis PREVBEP.

(*) Quantidade Correspondente àqueles que contribuem efetivamente para PREVBEP.

Comentário – As Receitas Previdenciárias no 1º semestre de 2017, registradas contabilmente como ADIÇÕES, totalizaram R\$ 345.946,52 (30.06.2017), representando uma variação negativa de 4,42% em relação ao 2º semestre de 2016.

2.7. DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Discriminação	Tabela XXII – Despesas Previdenciárias Semestrais Comparadas				
	Valores em Reais				
	1º Semestre 2017		2º Semestre 2016		Var % H
	Valor	% V	Valor	% V	
BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	1.593.421,21	100,00	1.364.088,98	99,92	16,81
Aposentadoria Programada	1.232.230,58	77,33	1.120.643,24	82,09	9,96
Tempo Contribuição	1.222.211,12		1.111.895,23		9,92
Idade	10.019,46		8.748,01		14,53
Invalidez	111.442,50	6,99	112.524,93	8,24	- 0,96
Pensões	87.608,28	5,50	89.049,55	6,52	- 1,62
Auxílio	39.576,32	2,48	41.871,26	3,07	- 5,48
Doença	36.370,12		41.871,26		- 13,14
Alimentação	3.206,20	0,20		-	
Provisões	122.563,53				
Tempo de Contribuição	101.876,16				
Idade	834,96				
Invalidez	9.286,92				
Pensões	7.300,68				
Auxílio Doença	2.997,61				
Alimentação	267,20				
BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO ÚNICA					
Auxílio					
Auxílio Natalidade					
Outras Deduções		-	1.031,98	0,08	
	1.593.421,21	100,00	1.365.120,96	100,00	16,72

Fonte: Demonstrações Contábeis PREVBEP

Comentário – O Fluxo Operacional negativo decorre das contribuições (Adições), que permanecem restritas apenas a Ativos e Autopatrocinado.

2.9. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A ADERÊNCIA DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS BEP REFERENTE AO 1º SEMESTRE DE 2017

Após análises efetuadas na documentação relativa ao 1º SEMESTRE DE 2017, encaminhada ao Conselho Fiscal, espelhadas nos itens 2.1 a 2.8, deste Relatório, e em atendimento ao artigo 19 da Resolução do CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, constatamos que as premissas e hipóteses atuariais e os resultados patrimoniais do Plano BEP, conforme informações atuariais estão aderentes ao equilíbrio patrimonial com relação aos compromissos e obrigações do plano, devendo ser considerados os comentários e as recomendações apresentados.

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS

3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA PREVIDENCIAL – Projetado versus realizado

Tabela XXIV – Execução Orçamentária Gestão Previdencial						
Descrição	1º Semestre / 2017			2º Semestre / 2016		
	Projetado	Realizado	Var % H	Projetado	Realizado	Var % H
A. Adições	348.781,44	345.946,52	- 0,81	345.448,45	361.937,06	4,77
Patrocinador	110.898,12	87.555,05	- 21,05	92.488,11	112.175,25	21,29
Participantes	196.815,06	179.101,12	- 9,00	196.523,94	210.049,83	6,88
Ativos	112.349,29	102.237,52	- 9,00	126.050,46	134.730,72	6,89
Assistidos	84.465,77	76.863,60	- 9,00	70.473,48	75.319,11	6,88
Autopatrocinado	41.068,26	58.743,44	43,04	56.436,40	39.711,98	- 29,63
Remuneração Contribuições em Atraso		33,11				
Outras Adições		20.513,80				
B. Deduções	1.431.029,65	1.593.421,21	11,35	1.324.116,45	1.422.472,84	7,35
BENEFICIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	1.431.029,65	1.593.421,21	11,35	1.316.319,18	1.364.088,98	3,63
Aposentadoria Programada	1.197.447,82	1.232.230,58	2,90	1.063.020,11	1.120.643,24	5,42
Tempo Contribuição	1.186.554,39	1.222.211,12	3,01	1.051.399,59	1.111.895,23	5,75
Idade	10.893,43	10.019,46	- 8,02	11.620,52	8.748,01	- 23,86
Invalidez	120.870,16	111.442,50	- 7,80	119.200,04	112.594,93	- 5,54
Pensões	95.250,16	87.608,28	- 8,02	89.049,54	89.049,85	0,00
Auxílio	17.461,51	39.576,32	126,65	45.049,49	41.871,26	- 7,05
Doença	17.461,51	36.370,12	108,29	45.049,49	41.871,26	- 7,05
Alimentação		3.206,20				
Provisões		122.563,53				
Tempo de Contribuição		101.876,16				
Idade		834,96				
Invalidez		9.286,92				
Pensões		7.300,68				
Auxílio Doença		2.997,61				
Alimentação		267,20				
BENEFICIO DE PRESTAÇÃO ÚNICA				259,49		
Auxílio				259,49		
Auxílio Natalidade				259,49		
Outras Deduções				7.537,78	1.031,98	
Saldo Final	- 1.082.248,21	- 1.247.474,69	15,27	-1.316.319,18	- 1.364.088,98	8,26

Fonte: Demonstrações Contábeis PREVBEP

Comentário – A execução orçamentaria realizada no 1º Semestre / 2017 gerou um saldo negativo da ordem de R\$ 1.247.474,69, um acréscimo de 15,27% em relação ao orçamento para o mesmo período. Tal fato decorre da modificação no quadro de participantes com a migração de Ativos (4) / Autopatrocinado (1), para Assistidos (aposentados), o que reduz as adições, já bastante reduzidas (maioria de participantes aposentados) e eleva as deduções (pagamento de benefícios)

3.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA PREVIDENCIAL – Comparada

Tabela XXV – Execução Orçamentária Gestão Previdencial – Comparada			
Descrição	Semestres		Var % H
	1º Semestre / 2017	2º Semestre / 2016	
A. Adições	345.946,52	361.937,06	- 4,42
Patrocinador	87.555,05	112.175,25	- 21,95
Participantes	179.101,12	210.049,83	- 14,73
Ativos	102.237,52	134.730,72	- 24,12
Assistidos	76.863,60	75.319,11	2,05
Autopatrocinados	58.743,44	39.711,98	47,92
Remuneração Contribuições em Atraso	33,11		
Outras Adições	20.513,80		
B. Deduções	1.593.421,21	1.421.472,84	12,10
BENEFICIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	1.593.421,21	1.364.088,98	16,81
Aposentadoria Programada	1.232.230,58	1.120.643,24	9,96
Tempo Contribuição	1.222.211,12	1.111.895,23	9,92
Idade	10.019,46	8.848,01	13,24
Invalidez	111.442,50	112.594,93	- 1,02
Pensões	87.608,28	89.049,85	- 1,62
Auxílio	39.576,32	41.871,26	- 5,48
Doença	36.370,12	41.871,26	- 13,14
Alimentação	3.206,20		
Provisões	122.563,53		
Tempo de Contribuição	101.876,16		
Idade	834,96		
Invalidez	9.286,92		
Pensões	7.300,68		
Auxílio Doença	2.997,61		
Alimentação	267,20		
BENEFICIO DE PRESTAÇÃO ÚNICA			
Auxílio			
Auxílio Natalidade			
Outras Deduções		1.031,98	- 100,00
Saldo Final	- 1.247.474,69	- 1.059.535,78	17,74

Fonte: PRP / PREVBEP: Orçamento Econômico 2017. PREVBEP Balancetes Junho / 2017 e Dezembro / 2016.

Comentário – Mesma ocorrência registrada no Comentário da Tabela XXIII. Aqui resultando no acréscimo de 17,74% em relação do 2º semestre / 2016 (elevação do número de participantes e correção dos benefícios).

3.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO FLUXO DOS INVESTIMENTOS DO PLANO – Projetado x Realizado

Descrição	1º Semestre / 2017		Var % H	2º Semestre / 2016		Var % H
	Projetado	Realizado		Projetado	Realizado	
A. Rendas / Variações Positivas	7.832.032,53	7.291.183,44	- 6,91	7.363.495,76	10.433.336,03	41,69
Renda Fixa	7.759.616,43	7.047.919,25	- 9,17	7.320.045,49	10.302.297,44	40,74
Fdo BB Terra do Sol FI Multi.	7.759.616,43	7.047.919,25	-9,17	7.320.045,49	10.302.297,44	40,74
Investimentos Imobiliários	56.194,00	57.237,52	1,86	29.969,10	49.635,66	65,62
Empréstimos a Participantes	16.222,10	40.818,78	151,62	13.481,17	81.402,93	503,83
Outras Rendas		145.207,89				
B. Deduções/Var. Negativas.	4.686,60	21.277,07	354,00		206.911,16	
Renda Fixa		-			189.739,58	
Fdo BB Terra do Sol FI Multi.					189.739,58	
Investimentos Imobiliários	4.686,60	4.686,60			4.686,60	
Empréstimos a Participantes		9.763,45			5.713,75	
Relacionados Disponível		6.827,02			6.771,23	
C. Cobertura / Reversões Despesas Administrativas	570.000,00	570.000,00		569.508,23	436.351,26	-23,38
D. Apuração Fluxo Investimentos	7.257.345,93	6.699.906,37	-7,68	6.793.987,53	9.790.073,61	44,10

Fonte: Demonstrações Contábeis e Orçamento PREVBEP.

Comentário: O Fluxo de Investimentos apresentou uma variação negativa de 7,68% no 1º Semestre / 2017 em relação ao projetado para o mesmo período, em razão do desempenho do Fundo.

3.4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO FLUXO DOS INVESTIMENTOS DO PLANO – Comparada

Descrição	Semestre		Var % H
	1º Semestre/2017	2º Semestre/2016	
A. Rendas / Variações Positivas	7.291.183,44	10.433.336,03	- 30,12
Renda Fixa	7.047.919,25	10.302.297,44	- 31,59
Fundo BB Terra do Sol FI Multi.	7.047.919,25	10.302.297,44	- 31,59
Investimentos Imobiliários	57.237,52	49.635,66	15,32
Empréstimos a Participantes	40.818,78	81.402,93	- 49,86
Outras Rendas (*)	145.207,89		
B. Deduções/Variações Negativas.	21.277,07	206.911,16	- 89,72
Renda Fixa	-	189.739,58	-100,00
Fdo BB Terra do Sol FI Multi.		189.739,58	-100,00
Investimentos Imobiliários	4.686,60	4.686,60	-
Empréstimos a Participantes	9.763,45	5.713,75	70,88
Relacionado Disponível	6.827,02	6.771,23	0,82
C. Cobertura/Reversão Desp. Administrativas	570.000,00	436.351,26	30,63
D. Apuração Fluxo dos Investimentos	6.699.906,37	9.790.073,61	- 31,56

Fonte: Demonstrações Contábeis e Orçamento PREVBEP.

(*) Recuperação de Receita [CPMF]

Comentário: O Fluxo de Investimentos apresentou uma variação negativa de 31,56% no 1º Semestre / 2017 em relação ao 2º Semestre/2016, em razão das oscilações no mercado financeiro.

3.5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO – Projetado versus Realizado

Tabela XXVIII – Execução Orçamentária do Custeio Administrativo – Projetado versus Realizado						
Descrição	1º Semestre / 2017			2º Semestre / 2016		
	Projetado	Realizado	Var % H	Projetado	Realizado	Var % H
A. Receitas	7.827.345,93	7.861.183,44	0,43	7.363.495,76	10.226.424,87	
Gestão Previdencial	570.000,00	570.000,00	-		436.351,26	
Fluxo dos Investimentos	7.257.345,93	7.291.183,44	0,47	7.363.495,76	9.790.073,61	
B. Despesas Administrativas	971.428,03	863.755,93	- 11,08	885.813,44	860.420,25	
Pessoal e Encargos	521.379,00	495.045,11	- 5,05	510.738,61	481.030,31	
Treinamentos	10.020,00	1.395,00	- 86,08	15.617,85	9.420,61	
Viagens e Estádias	13.200,00	2.086,77	- 84,19		856,22	
Serviços de Terceiros	248.928,13	247.507,59	- 0,57	227.622,04	245.126,98	
Despesas Gerais	65.421,30	44.519,90	- 31,95	128.883,56	33.463,56	
Depreciações e Amortizações	3.496,32	3.279,41	- 6,20	2.951,38	3.165,80	
Tributos	108.983,28	69.922,15	- 35,84		171.717,36	
C. Resultado [A - B]	6.855.917,90	6.997.427,51	2,06	6.477.682,32	9.366.004,62	

Fonte: Demonstrações Contábeis e Orçamento PREVBEP.

Comentário: Observa-se que para uma RECEITA PROJETADA, da ordem de R\$ 7.827.345,93 no 1º semestre/2017, uma RECEITA REALIZADA de R\$ 7.861.183,44, representando um acréscimo de 0,43%. na RECEITA gerada no semestre, enquanto que para uma DESPESA PROJETADA, da ordem de R\$ 971.428,03 no 1º semestre/2017, uma DESPESA REALIZADA de R\$ 863.755,93, representando um decréscimo de 11,08%. na DESPESA gerada no semestre.

3.6. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO – Comparado

Tabela XXIX – Execução Orçamentária do Custeio Administrativo			
Descrição	Semestres		
	1º Semestre / 2017	2º Semestre / 2016	Var % H
A. Receitas	7.861.183,44	10.226.424,87	- 23,13
Gestão Previdencial	570.000,00	436.351,26	30,63
Fluxo dos Investimentos	7.291.183,44	9.790.073,61	- 25,52
B. Despesas Administrativas	863.755,93	860.420,25	0,39
Pessoal e Encargos	495.045,11	481.030,31	2,91
Treinamentos	1.395,00	9.420,61	- 85,19
Viagens e Estádias	2.086,77	856,22	143,72
Serviços de Terceiros	247.507,59	245.126,98	0,97
Despesas Gerais	44.519,90	33.463,56	33,04
Depreciações e Amortizações	3.279,41	3.165,80	3,59
Tributos	69.922,15	171.717,36	- 59,28
C. Resultado [A - B]	6.997.427,51	9.366.004,62	- 25,29

Fonte: Demonstrações Contábeis e Orçamento PREVBEP.

Comentário: Houve um decréscimo de 25,29% no RESULTADO do 1º semestre/2017 em relação ao 2º semestre/2016.

3.7. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PLANO DE BENEFÍCIOS BEP REFERENTE AO 1º SEMESTRE DE 2017

Após análises efetuadas na documentação relativa ao 1º SEMESTRE DE 2017, encaminhada ao Conselho Fiscal, espelhadas nos itens 3.1. a 3.6., deste Relatório, e em atendimento ao artigo 19 da Resolução do CGPC nº. 13, de 01 de outubro de 2004, constatamos que a execução orçamentária da Gestão Previdencial, dos Investimentos e das Despesas Administrativas do 1º Semestre de 2017 apresentam controles segregados, ensejando o acompanhamento tempestivo das suas variações. Devemos esclarecer que a PREVBEP elaborou Orçamento do Plano Previdencial, atendendo ao § 1º do artigo 16º da Resolução CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, e Orçamento do Plano Administrativo em consonância com a Resolução do CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, devendo ser considerados os comentários e recomendações apresentados.

4. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

4.1. EVOLUÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PGA

Tabela XXX – Evolução Ativo Líquido					
Contas	Jun/17		Dez/16		Variação % H
	Valor – R\$	% V	Valor – R\$	% V	
A. Ativo Total	135.199.829,63	104,86	129.840.924,56	104,78	0,23
Disponível	206.800,60		204.286,02		68,17
Realizável			129.614.354,14		0,09
Gestão Previdencial	210.323,84		130.832,18		1,57
Gestão Administrativa	10.246,69				0,07
Investimentos	134.752.163,51		129.483.521,96		40,14
Permanente	20.294,99		22.284,40		- 29,83
B. Passivo	6.268.076,55	4,86	5.921.161,58	4,78	- 29,83
Exigível Operacional	189.248,99		57.873,96		- 29,83
Gestão Previdencial	129.199,93		7.625,98		- 29,83
Gestão Administrativa	59.950,85		49.424,15		
Investimentos	98,21		823,83		
Exigível Contingencial	6.078.827,56		5.863.287,62		
Gestão Previdencial	6.078.827,56		5.863.287,62		0,38
C. Ativo Líquido (A-B) (*)	128.931.753,08	100,00	123.919.762,98	100,00	4,04

Fonte: Balançetes Junho / 2017 e Dezembro / 2016

Comentário – Conforme valores extraídos dos Balançetes de Junho / 2017 e Dezembro / 2016, observa-se pela Tabela XXX que houve um crescimento no Ativo Líquido do PGA da ordem de 4,04%.

4.2. FONTES E USOS DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Tabela XXXI – Fontes e Usos do Custeio Administrativo					
Descrição	1º Semestre 2017		2º Semestre 2016		Variação % H
	Valor – R\$	% V	Valor – R\$	% V	
Fontes	1.390.956,68	100,00	1.648.353,90	100,00	- 15,62
Previdencial	570.000,00	40,98	436.351,26	26,47	30,63
Resultado Investimento PGA	820.956,68	59,02	1.212.002,64	73,53	- 32,26
Usos	439.838,14	100,00	386,60		
Gestão Previdencial	439.435,14	99,91			
Gestão Investimentos	403,00	0,09	386,60		4,24
Resultado (Fontes-Usos)	951.118,54	68,38	1.647.967,30	99,98	- 42,29

Fonte: Demonstrações Contábeis PREVBEP.

4.3. RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Tabela XXXII - Rateio das Despesas Administrativas			
Rateio Utilizado em 2017	Previdencial	Investimento	Total
		48,33%	51,67%
Rateio das Despesas Comuns para 2016 e 2017			
CARGOS	Tempo de Trabalho nas Gestões		Total
	Previdencial	Investimento	
DIRETOR SUPERINTENDENTE	40,00%	60,00%	100,00%
DIRETOR FINANCEIRO		100,00%	100,00%
DIRETOR DE SEGURIDADE	100,00%		100,00%
ADVOGADO	50,00%	50,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 1	50,00%	50,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 2	50,00%	50,00%	100,00%
TOTAL	290,00%	310,00%	600,00%
PERCENTUAL DE RATEIO	48,33%	51,67%	100,00%

Fonte: Orçamento PREVBEP / 2017

Comentário – O custeio administrativo comum às duas gestões administrativas, Previdencial e de Investimentos, é rateado de acordo com percentuais de alocação tecnicamente definidos e aprovados pela Diretoria Executiva. O rateio de custeio administrativo foi elaborado de acordo com o critério técnico de participação do grupo de trabalho em cada gestão.

4.4. DESPESAS ADMINISTRATIVAS CONSOLIDADAS - Projetadas versus Realizado

Tabela XXXIII – Despesas Administrativas Consolidadas										
Contas	1º Semestre / 2017				Variação % H	2º Semestre / 2016				Variação % H
	Projetado		Realizado			Projetado		Realizado		
	Valor – R\$	% V	Valor – R\$	% V		Valor – R\$	% V	Valor – R\$	% V	
GESTÃO PREVIDENCIAL	485.092,09	48,33	439.435,14	50,87	- 9,41	428.113,56	48,33	484.655,02	51,29	13,21
Pessoal e Encargos	251.982,47		239.255,26			246.839,87		232.481,93		
Treinamentos/Cong./Seminários	4.833,00		674,20			7.548,11		4.552,98		
Viagens e Estádias	11.115,90		1.008,54					413,81		
Serviços de Terceiros	116.995,48		141.600,48			110.009,74		146.467,17		
Despesas Gerais	45.803,85		21.518,36			62.289,45		16.218,08		
Depreciações e Amortizações	1.689,77		1.584,93			1.426,39		1.530,04		
Tributos	52.671,62		33.793,37					82.991,01		
GESTÃO INVESTIMENTOS	518.615,93	51,67	424.320,79	49,13	-18,18	457.699,73	51,67	460.219,36	48,71	-17,88
Pessoal e Encargos	269.396,53		255.789,85			263.898,54		248.548,38		
Treinamentos/Cong./Seminários	5.167,00		720,80			8.069,75		4.867,63		
Viagens e Estádias	11.884,10		1.078,23					442,41		
Serviços de Terceiros	125.080,83		105.903,11			117.612,31		98.659,81		
Despesas Gerais	48.969,27		23.005,54			66.594,16		17.339,02		
Depreciações e Amortizações	1.806,55		1.694,48			1.524,97		1.635,76		
Tributos	56.311,65		36.128,78					88.726,35		
DESP. ADMINISTRATIVAS	1.003.708,02	100,00	863.755,93	100,00	- 13,94	885.813,29	100,00	944.874,38	100,00	-13,59
Pessoal e Encargos	521.379,00	51,95	495.045,11	57,31	- 5,05	510.738,41	57,66	481.030,31	50,91	- 8,95
Treinamentos/Cong./Seminários	10.000,00	1,00	1.395,00	0,16	- 86,05	15.617,86	1,76	9.420,61	1,00	
Viagens e Estádias	23.000,00	2,29	2.086,77	0,24	-90,93	-	-	856,22	0,09	- 54,52
Serviços de Terceiros	242.076,31	24,12	247.503,59	28,65	2,24	227.622,05	25,70	245.126,98	25,94	- 12,99
Despesas Gerais	94.773,12	9,44	44.523,90	5,15	- 53,02	128.883,61	14,55	33.557,10	3,55	-24,31
Depreciações e Amortizações	3.496,32	0,35	3.279,41	0,38	- 6,20	2.951,36	0,33	3.165,80	0,34	4,24
Tributos	108.983,27	10,86	69.922,15	8,10	- 35,84	-	-	171.717,36	18,17	

Fonte Balançetes Mensais PREVBEP / Controles Internos

Comentário – Quando da elaboração orçamentária adotam-se indicadores que muitas vezes oscilam com variáveis para mais ou para menos, influenciando no quadro comparativo. Na tabela XXXIII é possível observar que a maioria dos indicadores apresentou variação negativa e que o valor "Projetado", constante da Manifestação do 2º Semestre de 2016, difere em alguns valores decorrentes de ajuste quanto a "rateio de valores" realizados na peça orçamentária/2016.

4.5. DESPESAS ADMINISTRATIVAS CONSOLIDADAS – Comparadas

Tabela XXXIV – Despesas Administrativas Consolidadas					
Contas	Datas Bases				Variação
	jun/17		dez/16		
	Valor	% V	Valor	% V	% H
GESTÃO PREVIDENCIAL	439.435,14	50,87	484.655,02	51,29	- 9,33
Pessoal e Encargos	239.255,26		232.481,93		2,91
Treinamentos/Cong./Seminários	674,20		4.552,98		- 85,19
Viagens e Estádias	1.008,54		413,81		143,72
Serviços de Terceiros	141.600,48		146.467,17		- 3,32
Despesas Gerais	21.518,36		16.218,08		32,68
Depreciações e Amortizações	1.584,93		1.530,04		3,59
Tributos	33.793,37		82.991,01		- 59,28
GESTÃO INVESTIMENTOS	424.320,79	49,13	460.219,36	48,71	- 7,80
Pessoal e Encargos	255.789,85		248.548,38		2,91
Treinamentos/Cong./Seminários	720,80		4.867,63		- 85,19
Viagens e Estádias	1.078,23		442,41		143,72
Serviços de Terceiros	105.903,11		98.659,81		7,34
Despesas Gerais	23.005,54		17.339,02		32,68
Depreciações e Amortizações	1.694,48		1.635,76		3,59
Tributos	36.128,78		88.726,35		- 59,28
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	863.755,93	100,00	944.874,38	100,00	- 8,59
Pessoal e Encargos	495.045,11	57,31	481.030,31	50,91	2,91
Treinamentos/Cong./Seminários	1.395,00	0,16	9.420,61	1,00	- 85,19
Viagens e Estádias	2.086,77	0,24	856,22	0,09	143,72
Serviços de Terceiros	247.503,59	28,65	245.126,98	25,94	0,97
Despesas Gerais	44.523,90	5,15	33.557,10	3,55	32,68
Depreciações e Amortizações	3.279,41	0,38	3.165,80	0,34	3,59
Tributos	69.922,15	8,10	171.717,36	18,17	- 59,28

Comentário – A redução das Despesas Administrativas no 1º semestre/2017, da ordem de 8,59%, em relação ao 2º semestre de 2016, tem como principal foco: **Tributos (59,28%)**, em razão das oscilações da rentabilidade oriundas do mercado financeiro.

4.6. INDICADORES DE DESEMPENHO DO PGA

Tabela XXXV – Indicadores de Desempenho do PGA						
Descrição	1º Semestre / 2017			2º Semestre / 2016		
	Projetado	Realizado	Var %	Projetado	Realizado	Var %
A. Recursos Garantidores - R\$ -	123.516.126,81	98.545.286,30	- 20,22	120.891.003,83	94.564.115,53	- 21,78
B. Despesas Administrativas Totais - R\$ -	1.003.708,02	863.755,93	- 13,94	885.813,29	860.420,25	- 2,87
C. Pessoal e Encargos - R\$ -	521.379,00	495.045,11	- 5,05	510.738,41	481.030,31	- 5,82
D. Número de Participantes	189	189	-	189	188	- 0,53
E. Taxa de Administração Total - % - (B/A)	0,81	0,88	7,86	0,73	0,91	24,18
F. Participação da Despesa de Pessoal - % - (C/B)	51,95	57,31	10,33	57,66	55,91	- 3,04
G. Despesas Per Capita - R\$ - (B/D)	5.310,62	4.570,14	-13,94	4.686,84	4.576,70	- 2,35

Fonte: Demonstrações Contábeis / Controles Internos PREVBEP.

Comentário: As Despesas Per Capita mantiveram-se em relação ao semestre anterior e a Taxa de Administração no percentual de 0,88 está inferior ao 1% normatizado.

4.7. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS RESULTADOS DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVO

Após análises efetuadas na documentação relativa ao 1º Semestre de 2017, encaminhada ao Conselho Fiscal, espehadas nos tópicos 4.1. a 4.6., deste Relatório, e em atendimento ao artigo 19 da Resolução do CGPC nº. 13, de 01 de outubro de 2004, nos manifestamos sobre o PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA, considerando que os procedimentos adotados estavam em consonância com a Resolução nº 29/2009 e da IN/SPC nº 34/2009, devendo ser considerados os comentários apresentados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em atendimento ao Parágrafo Único, Art. 19, incisos I e II, da Resolução CGPC nº 13, de 01.10.2004, "as conclusões, recomendações, análises e manifestação devem ser levadas em tempo hábil ao conhecimento do Conselho Deliberativo da EFPC, a quem caberá decidir sobre as providências que eventualmente devam ser tomadas". E, ainda, encaminhar à DIRETORIA EXECUTIVA para dar cumprimento ao inciso II, do parágrafo único do artigo 19: "devam permanecer na EFPC, à disposição da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, pelo prazo mínimo de cinco anos".

O presente Relatório, em atendimento aos incisos II e III do artigo 19, da Resolução CGPC nº 13/2004, permanecerá à disposição da PREVIC pelo prazo de 5 (cinco) anos, juntamente com a documentação suporte que serviu de base para este relatório.

Teresina (PI), 29 de dezembro de 2017
BEP – Caixa de Previdência Social – PREVBEP
Conselho Fiscal

Francisco Paula Coqueiro de Carvalho
Membro Eleito Assistidos
Presidente

Francisco Antônio Celestino Barros
Membro Eleito Ativos

Antônio Hilton do Nascimento
Membro Efetivo Indicado

José Julimar Ramos Filho
Membro Efetivo Indicado